



ROUBO / FURTO DE VEÍCULOS

Sem qualquer exagero, é calamitosa a situação do aumento de roubos e/ou furtos de veículos no Paraná, notadamente em Curitiba e região metropolitana, onde está concentrada, aproximadamente, 30% da frota circulante do estado.

A persistir tal situação, é claro e evidente que o custo desses frequentes sinistros será repassado para o segurado. Faz-se urgente um comprometimento das autoridades, no sentido de desenvolver uma ação rápida e eficiente de modo a estancar essa onda de crimes contra propriedades alheias, pois o custo dessa praga fere os interesses do país e de todos nós que somos vítimas da falta de autoridade pública.

A Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos - DFRV (delegacia especializada) mostra estatística de toda a frota circulante, indicando somente no mês de junho, uma média diária de 22 veículos em Curitiba e de 34 no interior do estado, com recuperação da ordem de 47%. Entretanto, nossas associadas que têm grande volume de seguros de automóvel, apresentam números bem superiores aos apontados por aquela especializada, notadamente em Curitiba e região metropolitana, com crescimento constante no furto e/ou roubo de veículos e com recuperação da ordem de 30%.

Sabemos que os ladrões se mostram cada vez mais preparados e habilidosos na reincidência dessa prática criminosa, porém, os proprietários de veículos, por sua vez, devem ficar atentos e se precaver com a adoção de medidas de segurança contra qualquer possível furto e/ou roubo de seu carro. O assunto, a propósito, nos faz lembrar uma crônica do jornalista Luiz Mendonça, de saudosa memória, técnico de seguros e consultor. A sua crônica foi baseada em fato real acontecido na França, como poderia ter ocorrido em qualquer outro país ou lugar. Escrita há 11 anos, é de uma atualidade flagrante! Em determinado trecho o cronista afirma: "Em outras palavras, veículo mal estacionado é veículo em movimento, com todas as conseqüentes implicações." A crônica de Luiz Mendonça versa sobre os sem-garagem, e foi publicada na Revista de Seguros, nº 825, de 1998. O carro sinistrado ficara estacionado na calçada e alguém (não se sabe quem foi) pôs fogo nele. É oportuno enfatizar que o

proprietário de veículo sempre deve ter em mente as seguintes providências ou dicas de segurança: nunca deixe a chave no contato do carro. Documentos e chave-reserva devem ficar fora do veículo, assim como talões de cheques e cartões de crédito; ao estacionar feche o carro, mesmo que a saída seja por alguns instantes ou que esteja na garagem do edifício/residência; estacione o mais próximo possível do seu destino e evite deixar o carro na rua. Ao entregar o carro, procure identificar o manobrista e exija um comprovante e o número da placa do automóvel; jamais confie chave do carro a desconhecidos; ao sair do estacionamento, verifique se não foi seguido; travas e dispositivos eletrônicos dificultam o trabalho do ladrão; grande parte dos furtos e/ou roubos ocorre quando o motorista está entrando ou saindo do veículo; se notar algum suspeito próximo ao seu veículo, siga em frente e volte mais tarde; nunca fique dentro do veículo quando parado. Sendo absolutamente necessário permanecer no veículo, mantenha o motor ligado. Nesse caso, não estacione em local do qual não possa sair rapidamente; uma simples jaqueta, embrulhos e caixas podem convencer o ladrão a arrombar seu veículo. Guarde tudo no porta-malas; estacionar em local iluminado, com movimentação de pessoas e distante de árvores pode não evitar o roubo, mas cria dificuldades para o ladrão; se observar que seu carro está sendo furtado, não intervenha. Normalmente o ladrão age armado e pode ter um comparsa por perto; em caso de assalto, mantenha-se calmo e não reaja, para poder comunicar às autoridades.

As autoridades, por sua vez, precisam, com urgência, tomar medidas adequadas para impedir a escalada de tais crimes, pois, caso isso não aconteça, fatalmente teremos aumento no custo do seguro e, conseqüentemente, apólices não serão renovadas, novos seguros deixarão de ser contratados, cujo desdobramento resultara em menos impostos gerados e recolhidos, perda de vaga de trabalho e diminuição do crédito. Como se vê, as conseqüências são inúmeras, com prejuízos para todos. A preocupação é geral. As nossas associadas têm destacado que o aumento de furtos e/ou roubos de veículos está acontecendo numa progressão geométrica muito acentuada, isto desde abril de 2009.

:: BRASIL LIDERA AMÉRICA LATINA

Com receita de prêmios da ordem de R\$ 96,2 bilhões, a Fitch Ratings coloca o Brasil liderando o mercado de seguros na América Latina, seguido pelo México, Argentina e Colômbia. Em nota, a agência diz que o processo de bancassurance tem sido predominante no mercado, assim como a forte presença dos grandes conglomerados financeiros nacionais, com relevante participação dos principais grupos de seguros e resseguros estrangeiros em atuação no país.

O relatório da Fitch assinala que o crescimento do mercado brasileiro foi favorecido pela maior estabili-

dade econômica e pelo aumento da renda para empresas e pessoas físicas, que alteraram os hábitos de consumo e de aplicação em poupança da população.

"Os avanços no arcabouço regulatório têm sido cautelosos", observam Maria Rita Gonçalves e Renato Aguiar, analistas da Fitch.

Para eles, a efetiva quebra do monopólio do IRB Brasil Re no mercado de resseguros, em 2008, deverá trazer progressivos benefícios e modernização à indústria, a médio e longo prazos. (Fonte: Referência: Seguros Dia a Dia - 08/07/09)

:: SINCOR/PR - CONTA 2008

Assembléia Geral realizada no final de junho aprovou, por unanimidade, a prestação de contas e tomou conhecimento do relatório de atividades do Sincor-PR referente ao exercício de 2008 das diretorias presididas por Artur Oscar Nogueira Hoff (primeiro semestre de 2008) e Robert Bittar (segundo semestre).

No período analisado pelos corretores foi destacado que, no ano passado, o Sindicato inaugurou a sede própria da Delegacia Regional de Ponta Grossa, bem como conquistada a redução do ISS para os corretores de seguros de Curitiba e obtido o certificado de regularidade sindical junto à Delegacia Regional do Trabalho, sendo o Sincor-PR um dos poucos sindicatos do Paraná a conseguir esta regularidade.

As Coordenadorias de Benefícios,

Serviços e Patrimônio, Ética, Interlocução, Eventos e DPVAT, atingiram seus objetivos de trabalho que terão reflexos, inclusive, neste ano.

No caso do DPVAT, foram atendidas mais de dezessete mil pessoas e quase dois mil processos foram encaminhados ao Convênio, e na de Eventos, promovidas mais de vinte palestras nas cinco cidades onde o Sindicato tem sedes próprias, entre os quais o Fórum Regional de Seguros, realizado em Curitiba.

As contas do Sincor-PR passaram por uma auditoria externa e tiveram recomendação de aprovação do Conselho Fiscal e mostram que ao final de 2008 o Sindicato manteve suas finanças em ordem, seguindo o orçamento aprovado em Assembléia. (Fonte: SINCOR/PR - 02/07/09)





:: PAGAR MAIS PARA COBRIR FROTA

As companhias aéreas brasileiras tendem a enfrentar dificuldades nas negociações para renovar os contratos de seguros de suas aeronaves, na visão de especialistas do segmento aeronáutico, que dão praticamente como certo um movimento de reajustes das taxas de prêmios já a partir de agosto.

A consultora Ana Paula Oliveira, da corretora de resseguros UIB Re Brasil, é uma das que crê nessa tendência altista de preços, embora não arrisque ainda a prever percentuais de reajustes.

"A crise impôs perdas aos resseguradores e na luta para manter a rentabilidade da carteira muitos até admitem perder espaço para a concorrência, além de abrir mão de novos negócios", conta a consultora. Além do provável aumento de preços, ela diz que as empresas aéreas têm pela frente outra difícil barreira: a colocação de riscos nos mercados de seguros e resseguros.

A série de acidentes aéreos recentes, como a queda da aeronave da Air France, que seguia do Rio de Janeiro para Paris, somada à crise internacional, agravou ainda mais um cenário que já não era animador.

Ana Paula Oliveira assinala, no caso específico do segmento de riscos aeronáuticos, que as cinco resseguradoras cadastradas como locais no País (IRB Brasil Re, J. Malucelli Re, Mapfre Re, Muncheener Ruck e XL Re) estão optando por não exercer o direito de ficar com 60% dos negócios (prêmios) movimentados no mercado, como

prevê a legislação da abertura do resseguro.

TEMOR. As resseguradoras, segundo ela, estão agindo de forma "muito seletiva" e as estrangeiras estão tendo que consultar a matriz. "Em boa parte dos casos, as empresas não estão aceitando o risco. Até o IRB está bem mais cauteloso", observa a especialista. Antes da abertura do mercado, o IRB Brasil Re tinha autonomia para aceitar o risco e ceder quase a totalidade para players no exterior.

O repasse agora, pela nova legislação, é limitado a 50% da receita captada pelas resseguradoras instaladas no Brasil, na negociação com resseguradoras internacionais. Como a capacidade de reter riscos no Brasil ainda é pequena, está criado o impasse. Pelo tamanho, o mercado doméstico não tem condições de cobrir a frota de aeronaves do país exigida pela regulamentação.

Na visão dos especialistas, o grande problema é que não há como resolver esse impasse a curto prazo, pois a saída estaria na mudança da Lei Complementar 126/07, para tornar a cessão de riscos mais flexível.

Este quadro também não favorece as seguradoras, já que se o resseguro não for contratado no mercado interno, o seguro, com prévia autorização da autoridade reguladora, pode ser adquirido pela empresa aérea no exterior, só que a um custo até 30% maior devido à tributação. (Fonte: Jornal do Comércio - 03/07/09)

:: SEGURO RURAL ELEVADO

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) registrou neste primeiro semestre um crescimento de 421% em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre janeiro e junho, foram comprometidos R\$ 58 milhões. O

PSR consiste no pagamento de parte do prêmio do seguro rural pelo Ministério da Agricultura para o agricultor. Ao contratar o seguro rural, o produtor paga somente parte do prêmio e o Mapa cobre a diferença. (Fonte: Folha de São Paulo - 03/07/09)

:: DOCUMENTAÇÃO

Para retirar um automóvel de circulação, e não correr risco de receber multas ou ser responsabilizado por pendências no futuro, é preciso dar baixa no órgão de trânsito em que o bem está registrado. É como se fosse um atestado de óbito do veículo.

O principal motivo das baixas é colisão. Todo veículo que ganha a anotação "danos de grande monta" no documento não pode ser recuperado para voltar a trafegar.

Caso seja possível aproveitar peças, antes de desmanchar o veículo, é preciso entregar as placas e número do chassi no Detran. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, só o proprietário pode realizar esse procedimento.

Além das partes que atestam o fim do automóvel, deve-se anexar os documentos do carro e requerimento com pedido de baixa, além de recolher uma taxa.

É comum o motorista vender o carro e não exigir, ou não se certificar, que o comprador tenha

feito a transferência de propriedade - obrigatória em no máximo 30 dias após a negociação. Se o carro permanecer no nome do antigo dono, será ele quem vai receber notificações de multas cometidas pelo novo proprietário.

Nesse caso será também o antigo dono quem perderá pontos na CNH se houver infrações de trânsito.

Com o número do Renavam dá para certificar-se da transferência no site www.estadao.com.br/e/fazenda. Em caso negativo, deve-se bloquear o documento no endereço www.estadao.com.br/e/detran.

Feito o bloqueio, o antigo dono poderá entrar com uma ação contra o novo, que fica sujeito a multa. Se a transferência não tiver sido feita e surgirem multas, com os dados de identificação do carro e da autuação deve-se solicitar o cancelamento no órgão que a emitiu. É preciso anexar original e cópia do RG e cópia do CRLV. (Fonte: Jornal da Tarde 02/07/09)

:: ANIVERSÁRIO FUNENSEG

A Escola Nacional de Seguros - Funenseg está completou 38 anos na última terça-feira, 30 de junho, e comemorou a data reunindo o mercado de seguros em peso, em festa realizada no Hotel Renaissance, em São Paulo. Ao abrir o evento, o presidente da instituição, Robert Bittar, falou sobre a expansão na capital paulista, com a oferta da graduação especializada em seguros e do MBA Executivo em Seguros e Resseguro.

Renato Campos, diretor executivo, destacou as marcas atingidas pela Escola nos últimos três anos, como a interiorização da oferta de cursos e palestras e a exportação de know-how para Angola. Ele também apontou o atual desafio da instituição de conquistar pessoas fora do mercado de seguros, principalmente jovens em fase de escolha de carreira.

Convidado a palestrar, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega falou desde economia a política, destacando algumas tendências econômicas para 2010, como estabilidade e recuperação da economia após o período de crise, maior valo-

rização da taxa de câmbio, declínio da inflação, podendo se aproximar de 4,5% em 2011, e a normalização do crédito.

O superintendente da Susep, Armando Vergilio dos Santos Junior, ex-aluno e ex-presidente da Escola, ressaltou a importância da instituição em prover o mercado com soluções em educação continuada, explicando que ela é única especializada no ensino sobre seguros e temas afins, no Brasil e talvez no mundo. (Fonte: Escola Nacional de Seguros - Funenseg - 08/07/09)



**Acompanhe e divulgue o programa
"VIVER SEGURO"**



:: MEXIDA NA SOLVÊNCIA

Sem entrar em detalhes, o analista técnico da Susep, Eduardo Altieri, revelou que grande parte dos órgãos de fiscalização da atividade de seguros do mundo, abrigados na Associação Internacional de Supervisores de Seguros, julga necessário promover "adaptações significativas para implantar novos

requerimentos de solvência".

A tese tem o apoio de 40% deles, segundo pesquisa realizada este ano pela entidade e apresentada por Altieri em seminário no Rio, na semana passada, sobre o resseguro no ramo vida. (Fonte: Seguros Dia a Dia - 02/07/09)

:: REDUÇÃO DO CALOTE

O seguro prestamista, que garante a quitação de prestações de uma compra caso o cliente não consiga mais pagar, cresce a cada ano: o prêmio - volume de dinheiro pago pelos segurados - da modalidade era de R\$ 510 milhões em 2004, e chegou a R\$ 2,3 bilhões em 2008. Nos primeiros quatro meses de 2009, a soma foi 11% maior do que no mesmo período de 2008, saltando de R\$ 740 milhões para R\$ 820 milhões.

O seguro é oferecido pelo varejo nas compras a prazo. Quando é contratado, seu valor é acrescido ao preço das parcelas e, caso o comprador perca o emprego, fique sem condições de pagar as parcelas ou morra, a seguradora paga algumas parcelas.

Em geral são três ou seis para desemprego, e até 12 em caso de morte do segurado, afirma o diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Alexandre Penner.

Além de garantia de nome limpo para o comprador, o seguro protege o vendedor, que não deixa de receber. A redução do

risco de inadimplência, em teoria, torna possível juros mais baixos. Com o risco de calote menor e a inadimplência em queda, os juros deveriam cair, afirma o presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), Antônio Cassio dos Santos.

Mas o consultor da BDO Trevisan, Thiago Vincoletto, não acredita que a popularização da modalidade possa derrubar os juros. O volume é pequeno para ter esse tipo de influência, afirma ele. Negociar juros mais baixos com o varejo baseado nisso ainda é impossível. (Fonte: Jornal da Tarde/SP - 01/07/09)



:: AGENDA

Programa Viver Seguro - CNSeg + SINDSEGR-PR/MS + SINCOR-PR
15/07/2009 - 19:00 horas - AABB - Jacarezinho/Pr.
23/07/2009 - 19:00 horas - Hotel Camboa - Paranaguá/Pr.

:: COBERTURAS NADA CONVENCIONAIS

A festa está a pleno vapor. Até que, no meio da diversão, uma brincadeira entre as crianças acaba com um dos pequenos machucados. Correria para chamar o médico. E o seguro, que bancará as despesas. Cultura comum nos Estados Unidos, coberturas não tradicionais - que vão além da do roubo, da casa, do automóvel e da vida - começam a ocupar mais espaço no Brasil.

É o caso de quem quer se resguardar de pequenos incidentes, previstos na apólice de Responsabilidade Civil Familiar, que arca com os custos decorrentes de dados causados a terceiros. Caso o cachorro morda o vizinho, por exemplo.

Destinadas a um nicho de público bem específico, alternativas como essa costumam ser contratadas pelo consumidor que conta com algum outro tipo de apólice e está acostumado a se precaver. Um filão importante para as empresas da área, que têm investido para aumentar a fatia de participação no mercado.

Ainda há muito que crescer, a começar pelos chamados seguros básicos, cuja aposta é no ingresso de mais famílias na classe média. "A classe C é muito importante em termos de tamanho e carente de produtos e serviços direcionados para ela", afirma Marcus Vinícius Sobrinho, diretor do Sindicato das Seguradoras no Rio Grande do Sul.

O objetivo do setor é aumentar a participação no Produto Interno Bruto (PIB), que deve fechar 2009 em 3%. No ano passado, o mercado de seguros movimentou 2,9% do PIB, o equivalente a pouco mais de R\$ 68 bilhões, um crescimento de 16,5% sobre o volume apurado no ano anterior. O Rio Grande do Sul representou R\$ 4,1 bilhões no ano passado.

Os dados são da Superintendência de Seguros Privados (Susep), que indica ainda o ramo de automóvel como o de maior incremento no país no ano passado, com o volume de prêmios 12,5% maior ao apurado em 2007.

Mesmo com o aumento, o setor tem um potencial imenso para ser explorado. Apenas 25% da frota de automóveis do Brasil têm algum tipo de cobertura.

Nem mesmo esse tipo de produto escapa da diferenciação. Há seguradoras com apólices exclusivas para automóveis de alto valor, por exemplo. "O brasileiro está adquirindo a cultura seguro e, com isso, abrindo mais oportunidades para produtos diferenciados", comemora Sobrinho.

A expectativa também é favorável na área corporativa, principalmente quanto à procura por apólices de Risco de Responsabilidade Civil, que protege executivos em caso de reclamações de terceiros relacionadas às suas responsabilidades como gestor.

A crise financeira mundial levou esse tipo de cobertura a dar um salto de 127% no ano passado no Brasil. Também houve um incremento significativo na venda das apólices de Posi (sigla para Public Offering of Securities Insuranc), responsabilidade civil para abertura de capital em bolsa de valores.

Outras áreas começam a despertar o interesse da indústria do seguro, como a trabalhista. Em breve, deverá chegar ao mercado a primeira cobertura de responsabilidade civil para danos morais, o que inclui despesas de defesa no caso de ações trabalhistas contra empresas. (Fonte: EMPRESAS E NEGÓCIOS - 06/07/09)